

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
NOTAS IMPORTANTES	11
1 – Referências bibliográficas	11
2 – Jurisprudência	11
LISTA DAS PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS	13
INTRODUÇÃO	15
1. A reação (que não deveria ser) “natural” ao pagamento de impostos. Evitação fiscal e racionalidade	15
2. As dificuldades de enfrentamento jurídico dos fenómenos de evitação fiscal	20
2.1. Défice de juridicidade	21
2.2. Deficiente técnica legislativa	22
2.3. Ambiguidades terminológicas	25
3. Pressupostos de uma adequada abordagem jurídico-normativa	27
3.1. Pressupostos terminológicos	27
a) “Evitação”: planeamento, evasão e fraude	27
b) “Fiscal” e “tributário”	28
c) “Ordenamento” e “sistema” fiscal	28
d) “Ato”, “negócio”, “contrato” ou “construção”	29
e) “Zonas de baixa pressão fiscal” (países, territórios ou regiões sujeitos a regime fiscal favorável)	29
3.2. Pressupostos metodológicos (positivismo e normativismo)	30
4. A dialética da evitação fiscal (processo de ação-reação). Sequência	33

PARTE I – COMPORTAMENTOS DE EVITAÇÃO FISCAL (PLANEAMENTO, EVASÃO E FRAUDE)	37
1. Planeamento, evasão e fraude: fixação de um critério distintivo	37
2. Planeamento fiscal	43
2.1. Noção jurídica	43
2.2. Espaços de planeamento	45
2.3. O planeamento enquanto direito e enquanto dever	48
2.4. Tipos de planeamento	50
2.4.1. Planeamento induzido e não induzido	51
2.4.2. Planeamento global e específico	54
2.4.3. Planeamento substantivo e adjetivo	55
2.4.4. Planeamento <i>ex ante</i> e <i>ex post</i>	56
2.4.5. Planeamento interno e internacional	58
2.5. Enquadramento jurídico do planeamento fiscal	60
2.5.1. Planeamento fiscal e Direito Constitucional	62
2.5.1.1. Sustentabilidade financeira pública	63
2.5.1.2. Justiça na tributação e exigências de tipicidade	66
2.5.1.3. Liberdade e autonomia da vontade	70
2.5.1.4. Reserva da vida privada	72
2.5.1.5. O planeamento fiscal na encruzilhada dos bens jurídicos constitucionalmente protegidos. O imperativo (pouco conseguido?) de neutralidade fiscal	74
2.5.2. Planeamento fiscal e Direito da União Europeia	77
2.5.2.1. As disposições dos Tratados e as principais diretivas atinentes às matérias de planeamento fiscal	78
2.5.2.2. Alguns marcos jurisprudenciais europeus significativos	80
2.5.3. Planeamento fiscal e Direito Internacional	88
2.5.4. Planeamento fiscal e Direito Privado	90
2.5.4.1. O aproveitamento das normas de Direito Privado para a construção da base de incidência das normas fiscais ( <i>relação de apropriação</i> )	91
2.5.4.2. A correção fiscal dos efeitos decorrentes das normas de Direito Privado ( <i>relação de ajustamento</i> )	93
2.5.5. Planeamento fiscal e Direito Criminal	97
2.6. Os (supostos) princípios enformadores do planeamento fiscal ( <i>proibição do abuso e prevalência da substância sobre a forma</i> )	98

3. Evasão fiscal	100
3.1. Noção jurídica	101
3.2. A natureza abusiva dos atos de evasão (abuso, fraude à lei e negócios indiretos)	106
3.3. Evasão, “planeamento abusivo” e “planeamento agressivo”	110
4. Fraude fiscal	111
4.1. Fraude fiscal em sentido amplo	112
4.1.1. Noção jurídica	112
4.1.2. Carga valorativa negativa e bem jurídico protegido	116
4.2. Fraude fiscal em sentido restrito (remissão)	118

PARTE II – AS REAÇÕES DO ORDENAMENTO JURÍDICO-  
-TRIBUTÁRIO AOS COMPORTAMENTOS ABUSIVOS  
(EVASÃO E FRAUDE)

	121
§ Sequência	121
1. Reações a nível internacional	122
1.1. Instrumentos de <i>soft law</i>	123
1.2. Tratados e acordos internacionais	126
1.3. Reações ao nível da União Europeia	128
1.4. Normas estaduais com persuasão internacional (em especial, o FATCA)	131
2. Reações a nível interno (estadual)	134
2.1. Ao nível do poder legislativo	135
2.1.1. Criação de incentivos ao cumprimento	136
2.1.2. Criação de normas antiabuso	137
§ Prévio: normas e “cláusulas” antiabuso (gerais e específicas)	137
2.1.2.1. Normas antiabuso específicas (NAAE)	141
a) Alargamento do tipo normativo e do âmbito de incidência	143
b) Alargamento dos prazos do exercício de poderes por parte da administração tributária	151
c) Agravamento de taxas de imposto	152
d) Limitação à dedutibilidade de componentes negativas	154
e) Correções de valores declarados	156
f) Imputação especial de rendimentos	157
g) Perda de situações fiscais vantajosas	158
2.1.2.2. Norma antiabuso geral (NAAG)	160
a) Fundamentos, natureza jurídica e traços gerais de regime	161

b) Pressupostos de aplicação: a artificialidade das construções e o propósito abusivo	164
c) Consequências da sua aplicação: ineficácia das construções	168
d) O procedimento de aplicação	170
e) Colocação em crise	172
f) Problemas de conformidade jurídica	173
2.1.3. Criação de imposições tributárias sobre a deslocação	177
2.1.3.1. Os impostos de saída ( <i>exit taxes</i> )	177
2.1.3.2. Problemas de conformidade jurídica	182
2.1.4. Criação de listas de territórios	186
2.1.5. Imposição de deveres acessórios de comunicação (Lei n.º 26/2020)	189
a) Dimensão objetiva: mecanismos comunicáveis, teste do benefício principal e características-chave	190
b) Dimensão subjetiva: intermediários e contribuintes relevantes	192
c) Dimensão procedimental, conteúdo dos deveres comunicativos e sanções	194
d) Relevância da informação e problemas de conformidade jurídica	198
2.1.6. Punição (criminal e contraordenacional)	200
2.2. Ao nível do poder administrativo	204
2.2.1. Prerrogativas de acomodação recíproca de normas a factos (interpretação e requalificação)	206
2.2.1.1. Interpretação	207
2.2.1.2. Requalificação de atos, contratos ou construções	209
2.2.2. Diligências investigatórias	212
2.2.2.1. Inspeção tributária	212
2.2.2.2. Acesso a dados protegidos. Em especial, a derrogação do sigilo bancário	214
2.2.2.3. Mecanismos de troca de informações	216
2.2.3. Divulgação antecipada de construções ou esquemas de evitação fiscal abusiva	219
2.2.4. Aplicação de normas antiabuso	221
2.2.5. Recurso a métodos indiretos de avaliação	225
2.2.6. Medidas cautelares	227
2.2.7. Ação criminal e contraordenacional	228

PARTE III – TIPOS PARADIGMÁTICOS DE COMPORTAMENTOS DE EVITAÇÃO FISCAL	231
§ Sequência	231
1. Preferência por regimes de tributação	233
1.1. Regimes globais de tributação	234
1.1.1. Regime de tributação conjunta (IRS)	234
1.1.2. Regime especial de tributação dos grupos de sociedades (IRC)	238
1.2. Regimes específicos de tributação	243
1.2.1. Opção de regimes por parte dos trabalhadores independentes e empresários em nome individual (sujeitos passivos da categoria B do IRS)	244
1.2.1.1. Regimes simplificado e de contabilidade organizada	244
1.2.1.2. Regime aplicável aos rendimentos das categorias A ou F	248
1.2.2. Transparência fiscal (IRS)	250
1.2.3. Opção pelo englobamento	260
1.2.4. Opção de regimes ou métodos de cálculo em IVA	262
2. Deslocalização para zonas de baixa pressão fiscal	266
2.1. A relevância da deslocalização para efeitos tributários	266
2.2. Precisos terminológicas: “paraísos fiscais” e territórios <i>offshore</i> . Características essenciais das zonas de baixa pressão fiscal	267
2.3. Dois exemplos paradigmáticos de zonas de baixa pressão fiscal no mundo lusófono	271
2.3.1. No quadro do ordenamento jurídico-tributário português: o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) e a respetiva Zona Franca	271
2.3.2. No quadro do ordenamento jurídico-tributário brasileiro: a Zona Franca de Manaus	275
2.4. Perigos e inconvenientes das zonas de baixa pressão fiscal: em especial, a erosão das bases de tributação, a “guerra fiscal” e a iniquidade na distribuição da carga impositiva	277
2.5. As reações à deslocalização abusiva (remissão)	280
3. Celebração de negócios indiretos	281
4. Criação de entidades controladas (aparentes) e desvio de rendimentos	283
5. A alteração de preços e de valores	287
5.1. Autonomia da vontade, preço justo e princípio da plena concorrência ( <i>arm’s length principle</i> )	288
	343

INTRODUÇÃO AO PLANEAMENTO FISCAL

5.2. Especial referência aos preços de transferência	290
5.2.1. Noção	290
a) A manipulação do preço e a comparabilidade com as regras de plena concorrência	292
b) A existência de “relações especiais”	295
c) O propósito de obtenção de vantagem fiscal	297
5.2.2. As reações	298
a) Obrigações declarativas	299
b) Dever de correção oficiosa	301
5.2.3. O contencioso associado às alterações de preços e de valores	303
a) Reclamação graciosa e impugnação judicial (meios gerais)	303
b) Acordos prévios sobre preços de transferência	304
c) Procedimento de prova do preço efetivo na transmissão de imóveis	307
6. Reorganização empresarial	309
6.1. Reorganização ou reestruturação, desempenho e eficiência empresarial	310
6.2. O tratamento fiscal das operações de reorganização ou reestruturação	312
7. Gestão de resultados e componentes negativos (gastos, prejuízos e endividamento)	315
7.1. Colocação dos problemas	315
7.2. Limites à dedutibilidade de gastos de financiamento	319
7.3. Limites ao transporte de prejuízos	324
8. Recurso a dispositivos ambíguos (assimetrias híbridas)	325
9. Gestão do contencioso	330
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	335